

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS/PA

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022



Analista de Controle Interno

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: ANALISTA DE CONTROLE INTERNO**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA**

Texto para responder às questões de 01 a 07.

Como escrever bem

É possível melhorar o texto de alguém? *William Zinsser* acha que sim. No meio da década de 1970, ele decidiu transformar seu curso sobre escrita, em Yale, em livro. Desde 1976, *“Como escrever bem”* influencia muita gente (*On Writing Well*. São Paulo: editora Fósforo, 2021. Tradução de Bernardo Ajzenberg).

O livro é claro e direto, sendo um exemplo em si das normas que ele debate. Um candidato a autor deve, ele diz logo à partida, evitar o excesso. Superar o defeito de muitas palavras! Cortar, eliminar a abundância desnecessária. Se o conselho já é bom para quem cultiva jornalismo nos EUA, imagine-se no Brasil, onde a tradição bacharelesca associou rebuscamento à erudição e à inteligência. O autor identifica, inclusive, expressões longas. Você imaginou a frase “perdeu totalmente a habilidade para” e seria melhor “não conseguiu”. Uma verdadeira “navalha de *Ockam*” da escrita: se há duas frases, a mais direta e simples é a melhor. Escrever é cortar.

Alguns conselhos são gramaticais: advérbios e adjetivos são, com frequência, dispensáveis. Os parágrafos devem ser curtos. Há diretrizes mais metodológicas: reescrever é aperfeiçoar a escrita. Todo escrito apresenta algum problema com o começo; aceite o entrave dos princípios. Outras são digressões sobre subjetividade e pessoalidade de um texto. Há muitas indicações preciosas que me fizeram pensar e repensar o ato de escrever.

O bom do livro é que apresenta capítulos específicos para entrevistas, depoimentos, histórias de família. Em alta nos EUA e ainda engatinhando por aqui, existem as histórias familiares. Ele oferece muitas indicações para quem se aventura nesse campo.

Não quero acrescentar mais indicações a tantas do livro de *Zinsser*. Volto ao tripé que já escrevi nas crônicas: a) estude gramática formal, inclusive para abandoná-la de quando em vez; b) leia muito; c) encontre sua voz escrevendo e corrigindo bastante. Nem o livro do norte-americano nem esta sabedoria curta tripartite vão garantir que surja uma Clarice Lispector em cada lar, mas, com certeza, todos nós poderemos escrever melhor. Nada garantirá um talento literário, mas tudo o que você puder fazer, seguindo bons textos, pode melhorar seu desempenho na escrita.

Encerro com um trecho lapidar do nosso autor: “Uma frase clara não é acidental. Poucas frases surgem prontas logo de cara, ou mesmo depois de duas ou três vezes. Lembre-se disso nos momentos de desespero. Se você acha difícil escrever, é porque é mesmo difícil”. Nunca perca a esperança de melhorar.

(Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,como-escrever-bem,70004121858>. Leandro Karnal. O Estado de São Paulo.

Publicado em: 27/07/2022.)

Questão 01

Ao escolher o gênero resenha, o autor objetivou

- A) evidenciar argumentos contrários ao do livro de *William Zinsser*.
- B) construir uma apreciação irônica sobre o livro “Como escrever bem”.
- C) elaborar uma narrativa com descrição de gêneros textuais do domínio jornalístico.
- D) apresentar para o leitor um breve painel da obra “Como escrever bem” e se posicionar criticamente.

Questão 02

Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido do trecho do texto em:

- A) “Os parágrafos devem ser curtos.” = paragrafar o texto com objetividade
- B) “Superar o defeito de muitas palavras!” = ressaltar mais do que o esperado
- C) “Cortar, eliminar a abundância desnecessária.” = dividir em mais partes para organizar
- D) “Outras são digressões sobre subjetividade e pessoalidade de um texto.” = as demais diretrizes são devaneios sobre a personalização de um escrito

Questão 03

Os tempos e modos verbais estão adequadamente correlacionados na completude da frase: Se o livro “Como escrever bem” se difundisse entre os redatores no Brasil,

- A) redigir textos deixará de ser uma tarefa complexa.
- B) os textos jornalísticos se tornariam mais objetivos e precisos.
- C) a mídia poderá se beneficiar, produzindo conteúdos de fácil compreensão.
- D) o rebuscamento do texto escrito perde espaço para a simplicidade e precisão.

Questão 04

O verbo deve sua flexão de pessoa e número ao sintagma destacado em:

- A) “É possível melhorar o texto de alguém?” (1º§)
- B) “O autor identifica, inclusive, expressões longas.” (2º§)
- C) “Todo escrito apresenta algum problema com o começo: [...]” (3º§)
- D) “Em alta nos EUA e ainda engatinhando por aqui, existem as histórias familiares.” (4º§)

Questão 05

Considere as construções a seguir:

- I. “No meio da década de 1970, ele decidiu transformar seu curso sobre escrita [...]”.
- II. “O livro é claro e direto, sendo um exemplo em si das normas que ele debate.”
- III. “[...] imagine-se no Brasil, onde a tradição bacharelesca associou rebuscamento à erudição e à inteligência.”

A exclusão da vírgula altera o sentido do que se enuncia apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) II e III.

Questão 06

O referente do elemento destacado está corretamente identificado entre parênteses, EXCETO em:

- A) “inclusive para abandoná-la de quando em vez” (gramática formal)
- B) “Outras são digressões sobre subjetividade e personalidade de um texto.” (diretrizes)
- C) “ele decidiu transformar seu curso sobre escrita, em Yale, em livro” (William Zinsser)
- D) “Ele oferece muitas indicações para quem se aventura nesse campo.” (no campo jornalístico)

Questão 07

Como qualquer outra variedade linguística, a norma padrão tem suas particularidades. No texto, nota-se marcas da norma padrão que são determinadas pelo veículo em que ele circula, que é o jornal “O Estado de São Paulo”. Entre essas marcas, evidencia-se

- A) o predomínio da linguagem figurada, como em “[...] ele diz logo à partida [...]”.
- B) obediência às normas gramaticais, como a concordância em “[...] se há duas frases, a mais direta e simples é a melhor”.
- C) a presença de vocabulário arcaico, como em “[...] a tradição bacharelesca associou rebuscamento à erudição e à inteligência”.
- D) o uso de termos técnicos, como em “Alguns conselhos são gramaticais: advérbios e adjetivos são, com frequência, dispensáveis”.

Excerto de texto para responder às questões de 08 a 10.

Junto com a urbanização acelerada, formou-se um olhar negativo sobre o mundo rural. Muitas vezes, ele é visto não apenas como arcaico – atrasado no tempo –, mas a expressão do que o País tem de pior: a exploração do ser humano e do meio ambiente, a tolerância com o passado escravocrata, o coronelismo. Trata-se de uma percepção reducionista e equivocada da realidade. Muito do que a cultura urbana contemporânea começa hoje a descobrir e a valorizar é vivido no campo brasileiro há décadas. Nos pastos, nas lavouras, nos terreiros de café, nos currais, nas hortas, nos pomares, nos silos de grãos, nos tratores, nas colheitadeiras, nos arados, nos arreios de couro, nas rédeas trançadas, nos carros de boi, há uma profunda sabedoria que convém não desperdiçar.

(CAVALEANTI, Nicolau da Rocha. O campo tem muito a ensinar à cidade. O Estado de São Paulo, São Paulo, ano 143, nº 47069, 31 ago. 2022. Espaço Aberto, p. A4.)

Questão 08

A substituição da palavra destacada pelo sinônimo sugerido entre parênteses NÃO implica prejuízo semântico em:

- A) “Junto com a urbanização acelerada, [...]” (ligeira)
- B) “[...] ele é visto não apenas como arcaico [...]” (obsoleto)
- C) “[...] a tolerância com o passado escravocrata, [...]” (indulgência)
- D) “Trata-se de uma percepção reducionista e equivocada da realidade.” (condicionante)

Questão 09

Em relação à tipologia e ao gênero desse excerto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A percepção do campo como retrógrado é a tese desse excerto.
- () Os argumentos apresentados devem ser relativizados pela presença da ironia, como se pode perceber neste trecho: “Trata-se de uma percepção reducionista e equivocada da realidade”.
- () O excerto é um exemplo do gênero artigo de opinião, porque se trata de um texto de natureza dissertativo-argumentativa, publicado numa coluna de opinião do jornal “O Estado de São Paulo”.
- () Como estratégia discursiva, o texto foi redigido na terceira pessoa do discurso, a fim de garantir mais objetividade e menos pessoalidade aos fatos e opiniões selecionados para compor esse excerto.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V.
- B) V, V, F, F.
- C) F, V, F, V.
- D) V, F, V, F.

Questão 10

“Muito do que a cultura urbana contemporânea começa hoje a descobrir e a valorizar é vivido no campo brasileiro há décadas.” Sobre aspectos morfosintáticos desse período, NÃO está correto o que se afirma em:

- A) O verbo “haver” está no singular porque é impessoal; logo, não admite sujeito.
- B) Esse período é composto, já que está estruturado em torno de mais de um verbo.
- C) As informações desse período estabelecem uma relação lógico-discursiva explícita de causa em relação à informação do período anterior.
- D) O sintagma “cultura urbana contemporânea” desempenha a função sintática de sujeito e é constituído por um substantivo e dois adjetivos.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

No departamento de matemática de uma universidade, $\frac{1}{4}$ dos professores possuem doutorado. Já no departamento de estatística da mesma universidade, essa fração é equivalente a $\frac{2}{5}$. Além disso, sabe-se que o número de professores com doutorado em ambos os departamentos é igual. Considerando o total de professores dos dois departamentos, qual a fração daqueles que possuem doutorado?

- A) $\frac{4}{13}$
- B) $\frac{5}{19}$
- C) $\frac{13}{20}$
- D) $\frac{15}{29}$

Questão 12

As amigas Mariana, Fabíola, Adriana, Cristina e Daniela possuem alturas distintas. Adriana não é a mais baixa e Mariana não é a mais alta. Fabíola tem uma altura menor que suas amigas Daniela e Adriana. Mariana é mais alta que Adriana. Cristina é mais baixa que Mariana. Qual das amigas é a mais alta?

- A) Fabíola.
B) Daniela.
C) Cristina.
D) Adriana.

Questão 13

Para atender a uma determinada demanda, um trabalhador precisa descarregar 56 caixas contendo fertilizantes até o estoque de uma empresa. Considere que a distância entre o local onde o trabalhador estacionou seu caminhão até o estoque da empresa é 76 metros. Sabendo que o trabalhador consegue carregar apenas 4 caixas por vez, quantos metros ele irá percorrer até que todas as caixas estejam no estoque?

- A) 988
B) 1.064
C) 2.052
D) 2.128

Questão 14

Marinalva possui seis netos, sendo três homens (Álvaro, Breno e Cristiano) e três mulheres (Amanda, Bárbara e Claudete). Para dançarem quadrilha durante a festa junina da família de Marinalva, os seis netos se dividiram em três casais, cada um formado por um homem e uma mulher. Considere que, dentre as afirmativas a seguir, apenas uma é verdadeira:

- Amanda dançou com Cristiano.
- Álvaro dançou com Amanda ou Claudete.
- Breno dançou com Bárbara ou Claudete.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- A) Álvaro dançou com Bárbara; Breno dançou com Claudete; e, Cristiano dançou com Amanda.
B) Álvaro dançou com Claudete; Breno dançou com Bárbara; e, Cristiano dançou com Amanda.
C) Álvaro dançou com Claudete; Breno dançou com Amanda; e, Cristiano dançou com Bárbara.
D) Álvaro dançou com Amanda; Breno dançou com Bárbara; e, Cristiano dançou com Claudete.

Questão 15

Luciano guarda todas as suas bandanas em uma caixa. Essa caixa possui 22 bandanas, sendo oito roxas, sete verdes, uma lilás, quatro vermelhas e duas azuis. Em um certo dia, Luciano pegou algumas bandanas na caixa de maneira aleatória. Com base nessas informações, qual o número mínimo de bandanas Luciano deve pegar para ter a garantia de que tenha ao menos duas bandanas com a mesma cor?

- A) 2
B) 3
C) 4
D) 6

INFORMÁTICA**Questão 16**

Para que uma simples placa de vídeo ou um disco rígido possam ser utilizados em qualquer micro, independentemente do processador instalado, utilizamos diversos modelos de barramentos de expansão. Assinale a alternativa que apresenta apenas os barramentos de expansão considerados externos ao micro.

- A) ISA; USB; e, PCI.
B) AGP; EISA; e, PCI.
C) VLB; FireWire; e, AMR.
D) USB; FireWire; e, IrDA.

Questão 17

O Windows 10 é um sistema operacional que fornece ao usuário diversos recursos que podem ser usados para facilitar o seu dia a dia. Um exemplo de recurso é a possibilidade de escolher uma impressora padrão. Assinale o caminho mais indicado, ou seja, as ações iniciais que o usuário pode executar para definir uma impressora como padrão.

- A) Iniciar  > Menu  >  Dispositivos Bluetooth, impressoras, mouse
- B) Iniciar  > Configurações  >  Dispositivos Bluetooth, impressoras, mouse
- C) Iniciar  > Configurações  >  Dispositivos Bluetooth, impressoras, mouse
- D) Iniciar  > Menu  >  Sistema Tela, som, notificações, energia

Questão 18

Observe a imagem a seguir.

B6		:	X	✓	<i>f_x</i>	
	A			B		
1	CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS / PA					
2	CARGO			QUANTIDADE		
3	Advogado					4
4	Analista de Sistemas					3
5	Contador					2
6						

Na criação da planilha do programa Microsoft Excel 2016 precedente, caso o usuário insira a fórmula =COL(B4) na célula B6, o conteúdo desta célula será:

- A) 2
B) 3
C) 4
D) 9

Questão 19

A topologia de uma rede é a representação geométrica do relacionamento entre todos os *links* e dispositivos (nós) conectados uns aos outros. A topologia de rede em que os nós são conectados a um *backbone* através de pequenos segmentos de cabos e conectores de pressão (*taps*) e que tem como sua maior vantagem a facilidade de instalação é:

- A) Anel.
- B) Malha.
- C) Estrela.
- D) Barramento.

Questão 20

A melhor prevenção contra os códigos maliciosos é impedir que a infecção ocorra, pois nem sempre é possível reverter as ações danosas já feitas ou recuperar totalmente seus dados. Uma das formas de impedir a infecção é fazer uso de aplicativos de segurança da informação. O aplicativo de segurança que pode ser definido como um meio de segurança, o qual pode ser tanto um *hardware* quanto um *software*, que, através de um conjunto de regras, realiza análise do tráfego de rede para bloquear os acessos indesejados é:

- A) Firewall.
- B) Antivírus.
- C) Anti-adware.
- D) Antispyware.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**LEGISLAÇÃO****Questão 21**

Analise as afirmativas; marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () Cargo em comissão é o cargo de livre nomeação e exoneração, com a definição delineada na Constituição Federal que não pode ser preenchido por servidores de carreira, uma vez que estes são estáveis nas respectivas funções.
- () Quadro de pessoal é o conjunto de cargos isolados ou de carreira com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho ou o grau de escolaridade exigido para o seu desempenho.
- () Regime estatutário é um conjunto de normas que regulam, de forma própria, os direitos e os deveres dos agentes públicos.
- () Plano de carreiras é o conjunto, estabelecido em lei, das possibilidades de evolução funcional dos servidores permanentes, através de promoção, observadas as regras constitucionais.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V.
- B) V, F, V, F.
- C) F, V, F, F.
- D) V, V, F, V.

Questão 22

As ações de treinamento são aquelas que promovem, de forma sistemática, por metodologia presencial ou a distância, o desenvolvimento de competências para o cumprimento da missão institucional, promovidas ou não pela Administração. Estas ações geram o pagamento de adicional de qualificação. Dessa forma, enquadra-se como ação de tal natureza:

- A) Conclusão de curso de MBA.
- B) Curso preparatório para concursos.
- C) Nomeação para participar de comissão.
- D) Participação do servidor como mesário.

Questão 23

Em determinado final de semana, o Prefeito de um pequeno município do interior do país emprestou um ônibus escolar da municipalidade, dirigido por servidor público, também ele fiel da Igreja, para transporte dos religiosos da coletividade ao local do culto. Neste caso, considerando a situação hipotética, o Prefeito:

- A) Agiu de acordo com o seu poder discricionário, já que o ônibus não seria usado em final de semana.
- B) Agiu de forma ilícita, eis que não há interesse público na disponibilização dos ônibus para transporte de fiéis a determinado culto.
- C) Agiu de forma lícita, uma vez que existe interesse público no incentivo à prática de cultos religiosos por parte dos munícipes.
- D) Por se tratar de pequeno município, sendo grande parte dos habitantes frequentadoras do culto, agiu conforme o interesse público, da maioria da população.

Questão 24

Lei, de iniciativa do Legislativo Municipal, determina o uso de “torneiras econômicas nas escolas municipais”. O Prefeito ingressa com ação de inconstitucionalidade em face da lei, uma vez que afirma ser privativa do Chefe do Executivo a administração dos bens municipais, incluindo-se nestes as escolas municipais. Analisando a situação hipotética descrita, é possível considerar que:

- A) Inexiste inconstitucionalidade, pois a norma não trata da organização e funcionamento da Administração.
- B) Há inconstitucionalidade por estar o Poder Legislativo usurpando o poder regulamentar do Chefe do Executivo.
- C) Há inconstitucionalidade por estar o Poder Legislativo criando despesa pública, o que só pode ser feito pelo Executivo.
- D) Inexiste o vício apontado, uma vez que a Constituição Federal estabelece ser concorrente a competência vinculada à educação.

Questão 25

Observe o enunciado a seguir: “Símbolo atribuído ao conjunto de cargos equivalentes quanto ao grau de dificuldade, complexidade e responsabilidade das tarefas, visando determinar a faixa de vencimentos a eles correspondente”. A assertiva diz respeito à(ao):

- A) Nível.
- B) Sistema.
- C) Comissão.
- D) Interstício.

Questão 26

Em determinado município o Prefeito fez afixar, por todo o centro administrativo, *outdoors* nos quais aparece sua imagem, com o símbolo de seu partido, a foto da praça recém-inaugurada e os seguintes dizeres: “Um Prefeito que faz o que prometeu: Praça das Flores, obrigado Sr. Prefeito!” Observando a situação hipotética, bem como o enunciado, é possível entender que:

- A) Pelo princípio da publicidade, o Prefeito é obrigado a divulgar de que forma gasta o dinheiro público.
- B) O Prefeito descumpriu a norma que veda a realização de promoção pessoal em publicidade institucional.
- C) O Prefeito nada mais fez que dar publicidade de uma realização de sua Administração, obedecendo ao princípio da transparência.
- D) A divulgação da realização da obra pública obedece ao disposto na Lei Orgânica Municipal, ante o caráter informativo da divulgação.

Questão 27

Determinado Vereador eleito é professor concursado de uma Fundação Escola Privada, cujas aulas são no período noturno, sendo as sessões da Câmara no período vespertino. Nesta hipótese, o vereador eleito deverá:

- A) Manter ambos os vínculos, já que não há incompatibilidade de horários.
- B) Pedir adiamento da posse, até que ocorra seu desligamento da Fundação.
- C) Pedir suspensão de seu contrato de trabalho, enquanto durar o mandato.
- D) Pedir exoneração da função de professor, já que se trata de uma fundação.

Questão 28

Sabe-se que a redistribuição é o deslocamento de servidor estável para cargo do quadro de pessoal de outra entidade da Administração Municipal, no âmbito do mesmo poder. Sobre tal Instituto, pode-se afirmar que:

- A) Acontece de ofício para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços.
- B) É efetivado a pedido do servidor, após ter sido comprovada a obtenção de qualificação técnica superior.
- C) Ocorre sempre que for extinto o cargo ocupado pelo servidor e não houver vaga em outra função análoga.
- D) Permite lotar o servidor em função de natureza distinta, desde que preservado o valor do salário recebido.

Questão 29

Determinado concurso público fixou seu prazo de validade em dois anos, havendo dez vagas para provimento na função de professor. Certo candidato foi aprovado, porém fora do número de vagas inicialmente divulgadas no edital, tendo obtido a 11ª colocação. Sabe-se que todos os aprovados dentro do número de vagas foram nomeados e o prazo de validade do certame só se esgotará em três meses. O candidato aprovado na 11ª posição tem, em relação à sua nomeação:

- A) Direito subjetivo.
- B) Direito adquirido.
- C) Direito potestativo.
- D) Expectativa de direito.

Questão 30

“Qualidade adquirida pelo servidor público, após três anos de efetivo exercício da função, encontrando-se no cargo público em virtude de ter sido aprovado em concurso.” O trecho transcrito se refere a:

- A) Posse.
- B) Investidura.
- C) Estabilidade.
- D) Vitaliciedade.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 31

João, Analista da Câmara Municipal de Parauapebas, se deparou com parecer jurídico exarado em processo administrativo, no qual constavam informações sobre a possibilidade, segundo a Constituição Federal, de repetição de espécies legislativas rejeitadas. O parecer continha as seguintes assertivas:

- I. Ao projeto de lei aplica-se a irrepetibilidade relativa, na medida em que somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- II. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada, sujeitando-se, portanto, à irrepetibilidade absoluta.
- III. A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Após análise dos itens, conclui-se que:

- A) Uma assertiva está correta.
- B) Duas assertivas estão corretas.
- C) As três assertivas estão corretas.
- D) Nenhuma assertiva está correta.

Questão 32

Conforme o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como segundo o entendimento majoritário da doutrina mais abalizada em Direito Constitucional, é correto afirmar que:

- A) É crime de responsabilidade o ato do Presidente da República que atente contra a lei orçamentária, sendo, neste caso, julgado pelo Supremo Tribunal Federal, após autorização pela Câmara dos Deputados.
- B) Os Territórios Federais, embora não existentes atualmente, caso venham a ser criados possuirão autonomia financeira, administrativa e política, sendo que sua organização será regulada em lei complementar.
- C) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com competências administrativas e legislativas que se regem pelo modelo horizontal, não havendo, no Brasil, hipóteses de competências pelo modelo vertical, tal qual ocorre em outros países do mundo.
- D) Dentre outras atribuições, compete privativamente ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Já à Câmara dos Deputados, por sua vez, cabe proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa.

Questão 33

No que tange à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, bem como as Comissões Parlamentares de Inquérito, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A Comissão Parlamentar de Inquérito detém atribuição para investigação de atos praticados em âmbito privado, desde que revestidos de potencial interesse público e cujo enfrentamento insira-se, ao menos em tese, dentre as competências do Congresso Nacional ou da respectiva Casa Legislativa que lhe dá origem.
- () Não configura constrangimento ilegal a convocação de magistrado a fim de que preste depoimento em razão de decisões de conteúdo jurisdicional atinentes ao fato investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito.
- () No Tribunal de Contas Estadual, composto por 7 (sete) conselheiros, 4 (quatro) devem ser escolhidos pela Assembleia Legislativa e 3 (três) pelo chefe do Poder Executivo estadual, cabendo a este indicar um dentre auditores e outro dentre membros do Ministério Público, e um terceiro a sua livre escolha.
- () A competência para julgar as contas do Presidente da República não é do Tribunal de Contas da União, mas das duas Casas do Congresso Nacional; cabe à Corte de Contas, nesse caso, a apresentação de parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo chefe do Executivo.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V.
- B) V, F, V, V.
- C) V, V, F, F.
- D) F, V, V, F.

Questão 34

O Presidente da Câmara do Município Alfa expediu um ato administrativo determinando a suspensão de um adicional de escolaridade, pago ao servidor efetivo, Julius Baltazar, após ter recebido uma denúncia anônima de que o referido servidor apresentou diploma adulterado para obter a vantagem remuneratória. Após um processo administrativo apuratório, constatou-se que a denúncia era falsa e que Baltazar fazia jus ao adicional. A partir do caso hipotético, assinale a afirmativa correta quanto ao ato administrativo expedido pelo Presidente.

- A) Julius Baltazar é o sujeito do ato administrativo; em outras palavras, é aquele a quem o ato se destina.
- B) O ato administrativo em questão é um decreto e deve ser precedido de ampla defesa e contraditório.
- C) Verificada a ilegalidade da suspensão do adicional, deverá o Presidente revogar seu próprio ato administrativo.
- D) O ato administrativo presume-se válido, goza do atributo da imperatividade e prescinde da aquiescência de Julius Baltazar.

Questão 35

O Prefeito do Município Alfa pretende criar uma Escola de Governo com o objetivo precípuo de capacitar os servidores públicos municipais, em especial nas atividades de Controle Interno. A referida Escola de Governo poderá oferecer cursos nas modalidades presencial e a distância, mantendo, também, convênio com a Câmara Legislativa. Exclusivamente quanto aos conceitos de desconcentração e descentralização, assinale a afirmativa correta.

- A) Se a Escola de Governo for criada como um órgão público, é certo que não terá personalidade jurídica própria.
- B) Para manter convênio com a Câmara Legislativa, a Escola de Governo deverá ser criada por descentralização política.
- C) Se a Escola de Governo for criada como uma fundação pública, será caracterizada como desconcentração administrativa.
- D) Para ministrar cursos sobre controle interno, a Escola de Governo deverá constituir-se pelo fenômeno da descentralização por colaboração.

Questão 36

O Prefeito tomou posse e determinou a revisão de “restos a pagar”. Verificou que havia despesas com transporte escolar contratado, que ainda não tinham sido pagas, porém foram empenhadas e liquidadas. Ocorre que houve medição irregular da quilometragem executada pelo transporte contratado e aquela expressa nas planilhas. A planilha demonstrava quilometragem percorrida a menor. Nesta situação, com relação às despesas já empenhadas e liquidadas, porém não quitadas, o Prefeito deve:

- A) Recusar o pagamento do valor a maior e abrir uma sindicância para apurar responsabilidades.
- B) Recusar o pagamento do valor a maior, utilizando o princípio da autotutela, revendo o ato da liquidação.
- C) Pagar a integralidade do valor apurado em liquidação, uma vez que esta gera direito adquirido ao credor.
- D) Não pagar nada ao credor, já que as despesas não foram por si ordenadas e devem ser liquidadas pelo antigo gestor.

Questão 37

Com o objetivo de atrair investimento para o município, o Prefeito promete entregar aos interessados em se estabelecer na localidade terreno compatível com o empreendimento, mão de obra dos funcionários municipais para a capinagem da área, uso de máquinas do Município para aplinar o solo, bem como incentivos fiscais de redução a zero da alíquota do IPTU.

A proposta do Prefeito para atração de investimentos é:

- A) legal, por não ter sido precedida por uma licitação pública, com oferta do terreno para exploração empresarial.
- B) Legal e diz respeito à atividade de fomento, que é típica forma de intervenção do Estado no domínio econômico.
- C) Legal, porém deve ser complementada por decreto legislativo, que permita as cessões sem ônus dos próprios da Edilidade.
- D) legal, por ferir os princípios da moralidade e impessoalidade os quais estão insculpidos no Art. 37 da Constituição Federal.

Questão 38

Observe a afirmativa a seguir: “Toda despesa leva o gestor público a analisar seu impacto (para o exercício em que ocorrer e os dois seguintes), observando, sobretudo, sua adequação orçamentária. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas”. Tal afirmativa diz respeito ao princípio da(do):

- A) Eficiência.
- B) Prudência.
- C) Moralidade.
- D) Conservadorismo.

Questão 39

Finalizada a apuração do Resultado do Exercício, determinada sociedade empresária apresentou os seguintes saldos nas contas patrimoniais:

Financiamentos – Longo Prazo	R\$ 25.000,00
Edificações	R\$ 20.000,00
Caixa	R\$ 15.000,00
Bancos Conta Movimento	R\$ 12.000,00
Veículos	R\$ 9.000,00
Móveis e Utensílios	R\$ 8.000,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 6.000,00
Duplicatas a Receber	R\$ 5.000,00
Fornecedores	R\$ 4.500,00
Mercadorias para Revenda	R\$ 4.000,00
Salários a Pagar	R\$ 3.000,00
Depreciação Acumulada – Veículos	R\$ 2.000,00
Depreciação Acumulada – Móveis e Utensílios	R\$ 1.500,00
ICMS a Recolher	R\$ 1.200,00
Depreciação Acumulada – Máquinas e Equipamentos	R\$ 1.000,00
ICMS a Recuperar	R\$ 600,00
Despesas Antecipadas	R\$ 550,00

Ciente que o Resultado do Exercício foi devidamente apurado, considerando unicamente as informações disponibilizadas, as Leis e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis, assinale o valor do Patrimônio Líquido a ser evidenciado no Balanço Patrimonial de referido ano.

- A) R\$ 33.700,00
- B) R\$ 37.150,00
- C) R\$ 38.500,00
- D) R\$ 41.950,00

Questão 40

Uma sociedade empresária, que iniciou suas atividades em janeiro de 2020, apresentou o seguinte Balancete de Verificação ao final de dezembro de referido ano:

Contas	Saldo Devedor	Saldo Credor
Adiantamento a Fornecedores	R\$ 3.250,00	
Adiantamento de Duplicatas a Receber		R\$ 900,00
Bancos conta Movimento	R\$ 4.600,00	
Caixa	R\$ 1.750,00	
Capital Social		R\$ 15.000,00
Contas a Pagar		R\$ 1.300,00
Custo da Mercadoria Vendida	R\$ 52.500,00	
Depreciação Acumulada de Móveis		R\$ 1.600,00
Depreciação Acumulada de Veículos		R\$ 1.000,00
Despesas Administrativas	R\$ 24.500,00	
Despesas Financeiras	R\$ 3.800,00	
Duplicatas a Receber	R\$ 2.300,00	
Duplicatas Descontadas		R\$ 550,00
Empréstimos a Pagar – Longo Prazo		R\$ 3.200,00
Fornecedores		R\$ 1.050,00
Impostos a Recolher		R\$ 750,00
Impostos a Recuperar	R\$ 650,00	
Impostos sobre Vendas	R\$ 8.500,00	
IR e CSLL sobre Lucro do Exercício	R\$ 7.000,00	
Mercadorias para Revenda	R\$ 3.400,00	
Móveis e Utensílios	R\$ 9.100,00	
Receita de Vendas		R\$ 100.000,00
Títulos a Pagar – Longo Prazo		R\$ 5.800,00
Veículos	R\$ 9.800,00	

Considerando unicamente as informações disponibilizadas, as leis e as normas brasileiras de contabilidades aplicáveis, após a apuração do resultado do exercício, o valor total do Ativo a ser evidenciado no Balanço Patrimonial, em 31/12/2020, será:

- A) R\$ 15.950,00
- B) R\$ 16.300,00
- C) R\$ 18.700,00
- D) R\$ 32.250,00

Questão 41

Considere os seguintes registros efetuados por uma sociedade empresária, os quais são relativos ao exercício social de 2021:

- I. Venda de Mercadorias por R\$ 150.000,00, com incidência de tributos sobre o faturamento no valor de R\$ 27.000,00.
- II. Cancelamento parcial das vendas de Mercadorias: R\$ 750,00.
- III. Custo das Mercadorias Vendidas – CMV: R\$ 75.000,00.
- IV. Despesas comerciais incorridas: R\$ 6.000,00.
- V. Despesas administrativas incorridas: R\$ 17.000,00.
- VI. Despesas financeiras incorridas: R\$ 3.000,00.
- VII. Receitas Financeiras realizadas: R\$ 9.000,00.
- VIII. Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre o lucro do exercício: R\$ 7.500,00.

Considerando unicamente as informações disponibilizadas, as leis e os normativos vigentes aplicáveis, assinale o valor do Resultado Líquido a ser evidenciado na Demonstração do Resultado em 31/12/2021.

- A) R\$ 22.750,00
- B) R\$ 24.250,00
- C) R\$ 30.250,00
- D) R\$ 47.250,00

Questão 42

As inovações trazidas pelos processos de padronização dos registros contábeis com vistas à consolidação nacional das contas públicas e de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público causaram impactos nos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Considerando os fundamentos legais e técnicos, os conceitos, os objetivos e os princípios da Contabilidade Pública, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) As diretrizes, as normas e os procedimentos contábeis aplicáveis à Administração Pública, definidos pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 634/2014, só alcançam os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal, haja vista a soberania dos Estados e Municípios.
- B) Os Conselhos Profissionais e as demais entidades não compreendidas no conceito de entidades do setor público podem se valer das normas aplicáveis à Administração Pública de forma facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres.
- C) A informação contábil impõe custos e seus benefícios devem justificá-los. A aplicação da restrição custo-benefício envolve avaliar se os benefícios de divulgar a informação provavelmente justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la. Ao fazer essa avaliação, é necessário considerar se uma ou mais características qualitativas podem ser sacrificadas, até certo ponto, para reduzir o custo.
- D) Os requisitos obrigatórios relacionados ao reconhecimento, mensuração e evidência das transações e dos eventos nas demonstrações contábeis das entidades públicas se encontram especificados no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, elaborado e publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Por isso, em caso de eventuais conflitos com outros normativos, prevalecem as disposições do citado Manual, aplicando-se, subsidiariamente e na ordem pré-definida, o estabelecido nas Normas Brasileiras de Contabilidade.

Questão 43

Considerando as afirmativas dispostas, as quais versam sobre as fases das receitas públicas, assinale a INCORRETA.

- A) A previsão da receita pública antecede a fixação do montante das despesas orçamentárias.
- B) A previsão da receita pública serve de base para se estimar as necessidades de financiamento do governo.
- C) A previsão da receita pública deve ser feita em conformidade com as normas técnicas e legais correlatas e, em especial, com as disposições constantes na LRF.
- D) A transferência dos valores recebidos pelas instituições financeiras autorizadas à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, denomina-se Arrecadação.

Questão 44

Sobre as classificações orçamentárias das despesas públicas, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A classificação institucional da despesa pública reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária.
- () A classificação funcional das despesas públicas segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que área” de ação governamental a despesa será realizada.
- () A Classificação das Despesas Públicas por Estrutura Programática enseja a necessidade de que todos os entes federativos devem ter seus trabalhos organizados por programas e ações.
- () Na Classificação da Despesa Pública por Natureza, a natureza da despesa será complementada pela informação gerencial denominada “modalidade de aplicação”, a qual tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) V, F, V, F.
- C) F, V, F, V.
- D) V, V, F, F.

Questão 45

U.F.: PARÁ	MUNICÍPIO: PARAUAPEBAS	PERÍODO: JANEIRO A JULHO DE 2022
TRANSFERÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO		
ESPECIFICAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA		VALOR
Royalties / CFM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais)		R\$ 487.850.547,08
FPM (Fundo de Participação dos Municípios)		R\$ 62.247.886,82
FUNDEB / COUN VAAF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação / Distribuição da Complementação da União ao FUNDEB / Valor Anual Mínimo por Aluno)		R\$ 60.522.508,48
FUNDEB / ICMS (Distribuição pelo FUNDEB da parcela correspondente à arrecadação Estadual do ICMS)		R\$ 52.254.585,04
FUNDEB / FPE (Distribuição pelo FUNDEB da retenção correspondente aplicada sobre a transferência da União do FPE – Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal)		R\$ 25.093.754,61
Cessão Onerosa / PBAM		R\$ 16.823.510,75
FUNDEB / FPM (Distribuição pelo FUNDEB da retenção correspondente aplicada sobre a transferência da União do FPM)		R\$ 14.686.621,06
LC 176/2020 (ADO25)		R\$ 9.091.555,62
AJUSTE FUNDEB / AJUSTE FUNDEB VAAF		R\$ 4.281.541,27
FUNDEB / IPVA (Distribuição pelo FUNDEB da parcela correspondente à arrecadação Estadual do IPVA)		R\$ 2.484.388,25
FUNDEB / IPI-EXP (Distribuição pelo FUNDEB da retenção correspondente aplicada sobre a transferência da União do IPI-Exp.)		R\$ 1.760.119,21
Royalties / FEP (Fundo Especial do Petróleo)		R\$ 1.648.388,52
ITR (Imposto Territorial Rural)		R\$ 242.857,03
FUNDEB / ITCMD (Distribuição pelo FUNDEB da parcela correspondente à arrecadação Estadual do ITCMD)		R\$ 134.458,78
CIDE-Combustíveis / CIDE / Combustível		R\$ 121.516,53
FUNDEB / ITR (Distribuição pelo FUNDEB da retenção correspondente aplicada sobre a transferência da União do ITR)		R\$ 22.603,08
TOTAL:		R\$ 739.266.842,13

(Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios>. Consulta efetuada em: 25/08/2022.)

Em pesquisa aos dados abertos a qualquer interessado, no sítio oficial mencionado no quadro anterior, é possível acompanhar os valores de repasses efetuados a qualquer município brasileiro. O volume de recursos repassados, a exemplo do anteriormente exposto, é parte do orçamento administrado pelos gestores públicos democraticamente eleitos e justificam a necessidade de controle interno por parte do Poder Legislativo e do Poder Executivo municipal. Ciente da importância e da responsabilidade dos servidores incumbidos de responder pelo controle interno, analise as afirmativas a seguir.

- I. A base legal para implementação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública encontra-se na Constituição da República Federativa do Brasil e na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- II. Para implementação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública, faz-se necessário, preliminarmente, conhecer a base legal; institucionalizar a função; identificar profissional adequado para coordenação; e superar barreiras internas e externas.
- III. Sistema de Controle Interno, em âmbito municipal, é um conjunto de normas, atividades, procedimentos, métodos, rotinas, bem como de unidades da estrutura organizacional da Administração Pública municipal com atuação articulada, visando o controle da gestão administrativa.
- IV. Quanto à natureza dos controles internos, existem os controles formais que são projetados para assegurar a observância à legislação e às normas disciplinares numa organização estatal e os controles substantivos que são projetados para garantir a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos, em termos quantitativos e qualitativos. Além desses existem, ainda: Controles Preventivos ou Prévios, Controles Detectivos ou Concomitantes e Controles Corretivos ou Posteriores.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.

Questão 46

Parte das receitas federais arrecadadas pela União é repassada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. A destinação de parcela da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados constitui um mecanismo fundamental na busca pela amenização das desigualdades regionais e promoção do equilíbrio socioeconômico entre Estados e Municípios. Dentre as principais transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios, previstas na Constituição Federal, destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE; o Fundo de Participação dos Municípios – FPM; IPI – Exportação; CIDE – Combustíveis; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb; *Royalties*; e, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR. Sobre as transferências da União para os entes federativos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados nos prazos legalmente estabelecidos.
- B) Encontra-se constitucionalmente estabelecido que é competência do Tribunal de Contas da União (TCU) calcular e fixar os coeficientes de participação na distribuição de recursos das repartições tributárias obrigatórias, além de ser o responsável por fiscalizar a entrega dos recursos aos beneficiários e acompanhar, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que dão origem às referidas repartições.
- C) As transferências obrigatórias de recursos financeiros da União para Estados, Distrito Federal e Municípios (Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, Fundo de Participação dos Municípios, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), Cide-Combustíveis e Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional ao valor das exportações (IPI-Exportação), bem como a definição das modalidades de repasses, encontram-se originalmente disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- D) As transferências voluntárias, entre entes federativos, consistem em entregas de recursos financeiros a título de cooperação, de auxílio ou de assistência financeira, que não seja de caráter obrigatório pré-determinado na Carta Magna, legislação pertinente ou destinados ao Sistema Único de Saúde. Esses recursos podem ser repassados a Municípios, Estados, Entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e a Organizações da Sociedade Civil (OSC), mediante a celebração dos seguintes Instrumentos: Convênio; Termo de Fomento; Termo de Colaboração; Acordo de Cooperação; Termo de Execução Descentralizada; e, Contrato de Repasse.

Questão 47

A respeito da fiscalização do uso dos recursos das transferências fiscais, entende-se que, de modo geral, cada transferência possui um conjunto próprio de instituições que atuam no controle, seja ele interno ou externo. As normas legais básicas que regem as atividades de controle do emprego das quantias repassadas são a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000). Considerando a esfera cabível (federal, estadual, distrital ou municipal), no que se refere aos órgãos responsáveis por fiscalizar e aplicar medidas corretivas e punitivas apropriadas nos casos de desvios na utilização dos recursos transferidos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) No Brasil, existe o Tribunal de Contas da União, com sede no Distrito Federal e representação em todas as Unidades da Federação; Tribunais de Contas Estaduais; Tribunais de Contas dos Municípios dos Estados; e, Tribunais de Contas Municipais.
- B) O controle interno municipal, político por excelência, abarca a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Esse tipo de controle é exercido pelo Poder Legislativo com supervisão do Tribunal de Contas do Estado.
- C) Nos casos em que os recursos financeiros transferidos aos demais entes federativos é de origem da União e se referem a transferências vinculadas, agregam-se aos controles internos e externos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, os seguintes órgãos federais: Controladoria Geral da União – CGU; Tribunal de Contas da União – TCU; Ministério Público da União; e, Congresso Nacional.
- D) O controle interno encontra fundamento na Constituição Federal, que determina que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem manter, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento de metas do plano plurianual e a execução dos orçamentos públicos; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, sob os aspectos de eficiência e eficácia, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração; exercer o controle das operações de crédito; e, apoiar o controle externo.

Questão 48

Sobre tributação, conforme disposições constitucionais, assinale a afirmativa correta.

- A) O valor do imposto de renda, incidente na fonte, sobre os rendimentos que a Prefeitura paga aos seus servidores é arrecadado pela União, mas pertence ao próprio município pagador.
- B) 100% dos valores arrecadados pela União do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, relativamente aos imóveis localizados no município de Parauapebas (PA) pertencem ao mencionado município.
- C) O produto do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação pertence, integralmente, ao Estado arrecadador.
- D) Da arrecadação que determinado Estado da Federação obtém pela cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores licenciados no município de Parauapebas (PA), 25% deverão ser repassados ao citado município.

Questão 49

Sobre as atividades de Auditoria Interna e sua área de atuação, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) As atividades da Auditoria Interna não guardam qualquer similitude com aquelas exercidas pelos integrantes do Sistema de Controle Interno do órgão auditado.
- B) Cumpre à Auditoria Interna verificar a execução do orçamento da entidade, visando comprovar a conformidade com os limites e as destinações estabelecidas na legislação pertinente.
- C) A Auditoria Interna deve orientar, subsidiariamente, os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas.
- D) Dentre as atribuições da Auditoria Interna ressalta-se acompanhar a implementação das recomendações da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), haja vista ser comum por parte dos demais entes federativos, especialmente os municípios, aplicações de recursos federais transferidos.

Questão 50

Conforme disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o estabelecimento na Resolução nº 002/2015 e Resolução nº 005/2016 da Câmara Municipal de Parauapebas (PA), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O Analista de Controle Interno, em viagem com o presidente da Câmara Municipal e demais Vereadores, no intuito de auxiliá-los, tecnicamente, em reunião com o Governador do Estado, a ser realizada na Capital, terá direito a 60% do valor da diária devida ao presidente da casa legislativa, apesar de estar definido que o mesmo irá pernoitar todos os dias na casa de sua mãe, residente próximo ao Palácio do Governador, local da reunião.
- () A gestão de suprimento de fundos, atribuição não passível de delegação, é de competência, única e exclusiva, da Presidência da Câmara Municipal do município.
- () Compete privativamente aos municípios instituir contribuições sociais de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias de profissionais atuantes nos limites de sua circunscrição.
- () Os municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.

A sequência está correta em

- A) F, F, F, V.
- B) F, V, F, V.
- C) V, F, V, F.
- D) V, V, F, F.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de um Estudo de Caso que será avaliado na escala de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de 1,0 (um) ponto a cada linha abaixo do limite mínimo exigido. As linhas que excederem o limite máximo serão desconsideradas para fins de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado (...), bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	21 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	9 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OS ERROS TEXTUAIS OBEDECERÃO AOS CRITÉRIOS A SEGUIR:	
Número de erros	Pontuação
Nenhum	9,00
De 1 a 5	8,40
De 6 a 10	7,80
De 11 a 15	7,20
De 16 a 20	6,60
De 21 a 25	6,00
De 26 a 30	5,40
De 31 a 35	4,80
De 36 a 40	4,20
De 41 a 45	3,60
De 46 a 50	3,00
De 51 a 55	2,40
De 56 a 60	1,80
De 61 a 65	1,20
De 66 a 70	0,60
Acima de 70	0,00
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS/PA

Antônio Pedro, Analista de Controle Interno de determinado município brasileiro, em agosto de 2022, foi demandado a reexaminar procedimento licitatório realizado pela Prefeitura em 2019, o qual se encontra sob investigação na esfera federal. Após examinar toda a documentação existente nos arquivos, Antônio Pedro fez os seguintes apontamentos preliminares:

- a) Existência de três cotações de preços para prestação de serviços de transporte escolar em diversas rotas no município. As cotações encontram-se datadas de 15/07/2019;
- b) Em 15/07/2019, o Serviço Contábil e Financeiro da Prefeitura emitiu documento confirmando a existência de recursos orçamentários para suportar as despesas, oriundos das seguintes fontes: Manutenção/Transportes Estudantes: “Recebimento de Impostos/Transferências – Convênios Educação”; “FUNDEB-Outras Despesas-Educação Básica”; Transferências FNDE-PNATE”; “Transferências/Convênios Vinculados à Educação”; e, “Outros Serviços de Terceiros/Transferência Salário Educação”;
- c) Em 15/07/2019, o Prefeito autorizou a realização do certame;
- d) O Edital do certame possui data de 15/07/2019, do qual cumpre ressaltar:
 - Modalidade: Pregão Presencial;
 - Tipo: Menor preço por item (menor preço por quilômetro rodado);
 - Data de realização do certame: 02/08/2019;
 - Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de educação do município;
 - Exigências editalícias: I – Todos os veículos utilizados na prestação dos serviços deveriam ser movidos a óleo diesel; II – Todos os motoristas responsáveis pela condução dos veículos deveriam ter idade superior a 21 anos, habilitação na categoria “D” e ter sido aprovado em curso especializado nos termos da regulamentação do CONTRAN;
 - Impugnações aos termos deste Edital poderiam ser interpostas por qualquer cidadão, até o 5º dia útil, e por licitantes, até o 2º dia útil, que antecederesse a abertura das propostas.
- e) No Edital não há qualquer menção à possibilidade de subcontratações;
- f) O Aviso de procedimento licitatório e demais publicações legalmente exigíveis foram feitas em 23/07/2019 (terça-feira);
- g) Em 30/07/2019, uma das empresas interessadas protocolou, junto à Prefeitura, documento solicitando impugnação do edital alegando direcionamento, haja vista especificação dos combustíveis a serem utilizados nos veículos, o que impediria participação de interessados no processo que possuíssem veículos movidos por outro tipo de combustível;
- h) Em 01/08/2019, o certame foi suspenso a fim de serem promovidas adequações no edital;
- i) Em 02/08/2019, a Prefeitura publica novo edital para o certame, do qual cumpre transcrever:
 - Modalidade: Pregão Presencial;
 - Tipo: Menor preço por item (menor preço por quilômetro rodado);
 - Data de realização do certame: 02/09/2019;
 - Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de educação do município;
 - Exigências editalícias: I – Todos os motoristas responsáveis pela condução dos veículos deveriam ter idade superior a 21 anos, habilitação na categoria “D” e ter sido aprovado em curso especializado nos termos da regulamentação do CONTRAN;
- j) Não foi encontrada a documentação comprobatória de publicação do novo edital;
- k) Em 02/09/2019, foi realizado o certame, elaborada a Ata de Sessão Pública e uma única empresa participante foi declarada vencedora. Convocada para assinar o contrato, a empresa vencedora alegou não dispor de todos os veículos e funcionários necessários para a prestação dos serviços e solicitou que a Prefeitura autorizasse a subcontratação de terceiros;
- l) Em 06/09/2019, a Prefeitura emitiu documento autorizando a empresa vencedora subcontratar terceiros para prestação do transporte de estudantes no município.
- m) Em 06/09/2019, foi assinado o Contrato entre Prefeitura e empresa vencedora do certame.

As leis que versam sobre licitações e contratos administrativos (Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 14.133 de 01/04/2021) são os principais instrumentos legais que regem as atribuições dos gestores públicos e, também, as atribuições dos servidores públicos responsáveis pelo controle interno em todas as esferas de governo, no que tange à gestão de recursos públicos.

Considerando unicamente as informações disponibilizadas, explique sobre a adequação do procedimento licitatório às normas vigentes, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) Considerando os termos da Lei nº 14.133 de 01/04/2021, esclareça sobre os aspectos da revogação da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002.
- b) Foi correta a adoção da modalidade Pregão para contratação de serviços de transporte escolar municipal? Justifique.
- c) A especificação da utilização de determinado combustível nos veículos a serem usados no transporte escolar feriu algum princípio de licitação? Explique.
- d) A autorização dada pela Prefeitura para que a empresa efetuasse subcontratações encontra amparo legal? Justifique.

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES

É facultativo o uso de máscara durante a aplicação da prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos. Caso o candidato seja surpreendido portando os citados aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, o fato será lavrado no Termo de Ocorrência e ele será ELIMINADO automaticamente do Concurso Público.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários.
4. O caderno de provas consta de 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha para os cargos de Nível Médio e 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos de Nível Superior; 1 (um) Estudo de Caso para os cargos de Analista de Controle Interno e Analista de Sistemas; e, 1 (uma) Dissertação para o cargo de Redator Legislativo.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Estudo de Caso para os cargos de Analista de Controle Interno e Analista de Sistemas; e, Dissertação para o cargo de Redator Legislativo) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 5 (cinco) horas para os cargos de Nível Superior e 4 (quatro) horas para os cargos de Nível Médio. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Estudo de Caso para os cargos de Analista de Controle Interno e Analista de Sistemas; e, Dissertação para o cargo de Redator Legislativo).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de respostas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Estudo de Caso para os cargos de Analista de Controle Interno e Analista de Sistemas; e, Dissertação para o cargo de Redator Legislativo) devidamente assinados em local específico.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe, única e exclusivamente, ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.